

# PREGÃO ELETRÔNICO

90021/2026

## CONTRATANTE (UASG)

Grupamento de Apoio de Belém (120628)

## OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios do tipo Proteína Animal para o Grupamento de Apoio de Belém e Unidades Apoiadas.

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 10.569.574,00

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Conforme data de sessão pública no sistema Compras Governamentais (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço

## MODO DE DISPUTA:

Aberto e Fechado

## PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Conforme item 3.6 do Edital.

## MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

Não



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!

## Sumário

1.	DO OBJETO.....	3.
2.	DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3.
3.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	3.
4.	DO ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO.....	6.
5.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	6.
6.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	8.
7.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .....	10
8.	DA FASE DE JULGAMENTO .....	13.
9.	DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	16.
10.	DO TERMO DE CONTRATO.....	18.
11.	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....	19.
12.	DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	20.
13.	DOS RECURSOS.....	21.
14.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	22.
15.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	24.
16.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	25.



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
GRUPAMENTO DE APOIO DE BELÉM**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90021/2026  
Processo Administrativo nº 67215.002598/2026-74**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) COMANDO DA AERONAUTICA, CNPJ 00.394.429/0197-15, por meio do(a) Grupamento de Apoio de Belém, sediado(a) Avenida Júlio César, SN, bairro Souza, na cidade de Belém/PA, CEP 66613-902, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço, [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: 28/05/2026

Hora Inicial : 09:00

## **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é Aquisição de Gêneros Alimentícios do tipo Proteína Animal para o Grupamento de Apoio de Belém e Unidades Apoiadas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em 83 (oitenta e três) itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciadores e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: NOV/2025

Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação.

Código de Identificação Ger@AGU 760b041776363209412

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Nos itens 1,2,3,4,5,6,7,9,10,11,15,16,17,18,19,20,22,23,26,27,30,31,32,33,35,36,37,38,42,43,44,45,46 e 47 não será concedida tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com

agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4 e 3.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.4 e 3.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.14. A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### 4. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSOS

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

#### 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.15. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

5.4.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.5.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.5.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.5.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.5.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.5.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.5.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.5.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.5.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.5.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.5.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.5.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#), para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3, 5.4 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: NOV/2025

Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação.

Código de Identificação Ger@AGU 760b041776363209412

5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo estipulado no Termo de Referência.  
item.

6.1.2. Valor expresso em Reais (R\$).

Seq	Item/Grupo	Periodicidade
1	Item	Unitário

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 59 (cinquenta e nove) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas

necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

**7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de

Seq	Item/Grupo	Intervalo Mínimo (em R\$)
1	Item	R\$ 0,01

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto e fechado.

7.11. No modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos [§§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: NOV/2025

Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação.

Código de Identificação Ger@AGU 760b041776363209412

7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do [Decreto nº 11.430, de 2023](#), e da [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025](#);

7.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#).

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.21.2. empresas brasileiras;

7.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação,

o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. contiver vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

8.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

8.10.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.12.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.12.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.12.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## 9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei .

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.11. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: NOV/2025

Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação.

Código de Identificação Ger@AGU 760b041776363209412

9.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.13.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.13.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.11.1

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

## 10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## 11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, não poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

## 12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

### **13. DOS RECURSOS**

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: NOV/2025

Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação.

Código de Identificação Ger@AGU 760b041776363209412

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://apl.sti.fab.mil.br>

## 14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: NOV/2025

Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação.

Código de Identificação Ger@AGU 760b041776363209412

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de

proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: sobc.babe@gmail.com

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. ANEXO I - Termo de Referência.

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

16.11.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato

16.11.3. ANEXO III - Minuta de Ata de Registro de Preços

16.11.4. ANEXO IV – Modelo de Proposta

Belém , 23 de abril de 2026



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	EDITAL PREGÃO 90021_2026
Data/Hora de Criação:	06/05/2026 17:23:12
Páginas do Documento:	26
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	27
Hash MD5:	832081faedc95f75a9f5b2e007a765e8
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel Int LIDIA BORGES AMBRÓSIO no dia 13/05/2026 às 20:31:30 no horário oficial de Brasília.

## GRUPAMENTO DE APOIO DE BELÉM

**Estudo Técnico Preliminar 13/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 67215.XXXXXX/20XX-XX

**2. Descrição da necessidade**

A presente contratação tem por objetivo assegurar o fornecimento contínuo de gêneros alimentícios do tipo proteínas (carnes bovinas, suínas, aves e pescados), destinados ao atendimento das necessidades do Grupamento de Apoio de Belém (GAP-BE) e Unidades Apoiadas.

A demanda decorre da necessidade de manutenção regular das atividades administrativas e operacionais, especialmente no que se refere ao preparo de refeições destinadas ao efetivo atendido, cuja interrupção comprometeria diretamente a continuidade do serviço público.

Ressalta-se que a alimentação institucional possui caráter essencial, sendo indispensável à manutenção da capacidade operacional, razão pela qual a contratação apresenta natureza contínua e indispensável.

**3. Área requisitante**

Área Requisitante	Responsável
SEÇÃO DE SUBSISTÊNCIA DO GAP-BE	DRIELLY GISELLY BRITO PEREIRA 1T QOCON Nut
SEÇÃO DE SUBSISTÊNCIA DO GAP-BE	ANDERSON WILLIAM FONSECA BARBOSA 1S TAR

**4. Descrição dos Requisitos da Contratação**

A contratação deverá observar requisitos técnicos mínimos indispensáveis à garantia da qualidade, segurança alimentar e adequação ao consumo institucional, considerando a natureza dos gêneros alimentícios perecíveis (proteínas).

Os produtos deverão atender integralmente à legislação sanitária vigente, incluindo normas do Ministério da Agricultura e Pecuária, devendo possuir obrigatoriamente registro nos serviços de inspeção oficial (SIF, SIE ou SIM), conforme aplicável.

Quanto às especificações técnicas, os itens deverão apresentar padrões mínimos de qualidade, incluindo:

- características sensoriais adequadas (cor, odor, textura e aspecto próprios do produto);
- ausência de contaminações, sujidades, parasitas ou substâncias estranhas;
- conformidade com padrões de processamento, incluindo cortes padronizados e ausência de partes indesejáveis (ossos, cartilagens, excesso de gordura, conforme o tipo de produto);
- observância de técnicas adequadas de conservação, especialmente congelamento, mantendo-se a cadeia de frio durante armazenamento e transporte.

Os produtos deverão ser acondicionados em embalagens adequadas, atóxicas, resistentes e devidamente rotuladas, contendo informações obrigatórias como identificação do produto, data de fabricação, prazo de validade, lote, peso líquido e identificação do fabricante.

Deverão ser observados, ainda, critérios operacionais relacionados à logística de fornecimento, incluindo:

- entrega parcelada conforme demanda da Administração;
- cumprimento rigoroso dos prazos de entrega;
- manutenção das condições adequadas de transporte, especialmente quanto à temperatura controlada;
- substituição imediata de produtos em desacordo com as especificações.

Tais requisitos visam assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, garantindo não apenas o menor preço, mas a adequada execução contratual e a qualidade dos produtos fornecidos.

## 5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado tem por finalidade identificar e analisar as alternativas disponíveis para o fornecimento de proteína destinada à alimentação dos militares desta Organização Militar, considerando aspectos de economicidade, eficiência, qualidade nutricional e viabilidade operacional, em consonância com os princípios que regem a Administração Pública.

Verificou-se, inicialmente, a possibilidade de aquisição direta de gêneros alimentícios, especialmente proteínas in natura, tais como carne bovina, carne de frango, pescado e ovos, com preparo realizado no próprio rancho da Organização. Trata-se de modelo amplamente adotado no âmbito da Administração Militar, que possibilita maior controle sobre os insumos adquiridos, o armazenamento, o preparo e a distribuição das refeições, além de permitir o planejamento de cardápios conforme a disponibilidade orçamentária e a sazonalidade dos preços. Ademais, essa alternativa reduz custos indiretos associados à intermediação, tais como margem de lucro de fornecedores e encargos administrativos, revelando-se economicamente mais vantajosa.

Em paralelo, analisou-se a possibilidade de contratação de empresa especializada para o fornecimento de refeições prontas, abrangendo o preparo, a logística e a distribuição dos alimentos. Embora tal alternativa apresente como vantagem a transferência de responsabilidades operacionais à contratada, verificou-se que implica aumento significativo dos custos globais, tendo em vista a inclusão de despesas com mão de obra, encargos trabalhistas, tributos e margem de lucro da empresa contratada. Além disso, a terceirização tende a reduzir a flexibilidade na elaboração dos cardápios e pode gerar dependência contratual, com riscos associados à eventual descontinuidade do serviço ou à prestação insatisfatória.

Também foi considerada a hipótese de aquisição de refeições prontas, do tipo marmitas ou alimentação transportada. Contudo, essa alternativa apresenta limitações relevantes, notadamente quanto ao elevado custo unitário por refeição, à menor capacidade de controle sobre a qualidade e o valor nutricional dos alimentos, bem como aos riscos inerentes ao transporte e à conservação dos alimentos preparados. Ademais, tal modelo mostra-se pouco compatível com a dinâmica operacional de uma Organização Militar, que exige flexibilidade, regularidade e capacidade de adaptação às variações de efetivo e de demanda.

Por fim, avaliou-se a adoção de modelo híbrido, consistente na aquisição de insumos alimentícios combinada com a utilização pontual de produtos semiprontos ou industrializados. Embora essa alternativa possa proporcionar certa otimização operacional, verificou-se que não apresenta vantagens significativas em relação ao modelo de autogestão integral, podendo inclusive acarretar aumento de custos e redução da qualidade nutricional, especialmente em razão do maior uso de alimentos ultraprocessados.

Diante da análise das alternativas disponíveis, conclui-se que a aquisição de gêneros alimentícios, com ênfase em proteínas in natura, associada ao preparo das refeições no próprio rancho da Organização Militar, revela-se a solução mais adequada ao interesse público. Tal modelo assegura maior economicidade, em razão da eliminação de custos

indiretos e da possibilidade de gestão eficiente dos recursos; maior controle sobre a qualidade dos alimentos e das condições sanitárias; além de conferir maior flexibilidade na elaboração dos cardápios e na adequação do fornecimento às necessidades da tropa.

Assim, a solução proposta mostra-se plenamente alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e supremacia do interesse público, razão pela qual se justifica sua adoção como a alternativa mais vantajosa para a Administração.

## 6. Descrição da solução como um todo

Após a pesquisa de mercado relacionada a essa aquisição, optou-se pelas especificações e quantitativos descritos neste instrumento. Dessa forma foi levado em conta o melhor custo x benefício, como também o atendimento das necessidades relacionadas pelo integrante requisitante e a área requisitante.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa dos quantitativos foi realizada com base no histórico de consumo dos exercícios anteriores, considerando-se o consumo médio mensal apurado, o efetivo atendido e a projeção de demanda para o período contratual.

Para fins de cálculo, adotou-se a média de consumo mensal por item, multiplicada pelo período estimado de 12 (doze) meses, acrescida de margem de segurança destinada a cobrir variações sazonais de demanda e eventuais incrementos no efetivo atendido.

Tal metodologia visa garantir o adequado abastecimento, evitando tanto a insuficiência quanto o excesso de estoque, em observância aos princípios da eficiência e economicidade.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 10.569.574,00

O custo estimado da contratação é de **R\$ 10.569.574,00 (dez milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, quinhentos e setenta e quatro reais).**

A estimativa preliminar do valor da contratação foi obtida por meio de pesquisa de preços realizada conforme orientações da Secretaria de Gestão, considerando fontes diversas, tais como contratações similares, bancos de preços oficiais e consultas ao mercado fornecedor.

Destaca-se que os preços de gêneros alimentícios, especialmente proteínas, apresentam significativa variabilidade em razão de fatores sazonais, logísticos e regionais, o que foi devidamente considerado na formação da estimativa.

Dessa forma, buscou-se refletir valores compatíveis com a realidade de mercado, assegurando a viabilidade da contratação e a competitividade do certame.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A solução adotada consiste na realização de procedimento licitatório para aquisição parcelada dos itens, por meio do Sistema de Registro de Preços, considerando a natureza contínua da demanda e a necessidade de flexibilidade no fornecimento.

Tal modelo mostra-se mais adequado por permitir contratações conforme a efetiva necessidade, reduzindo riscos de desperdício e otimizando a gestão de estoques, especialmente em se tratando de produtos perecíveis.

Ademais, a solução adotada está alinhada às boas práticas de gestão e aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A estimativa dos quantitativos foi feita tomando-se por base que a aquisição é imprescindível às atividades do GAP-BE e OM apoiadas podendo, sua paralisação, comprometer a continuidade das atividades, caracteriza-se como aquisição de bens na qual estão plenamente inseridos no Planejamento e Gerenciamento de Contratações do GAP-BE.

A nova contratação está mencionada nos objetivos estratégicos do novo Planejamento Estratégico do GAP-BE que busca relacionar as necessidades de material de expediente para a GUARNAE-BE.

A presente análise para a estimativa das quantidades a serem contratadas da para o exercício de 2026 tem por objetivo assegurar a continuidade das atividades desenvolvidas pelo GAP-BE e pelas OM Apoiadas, no que se refere ao preparo e distribuição de alimentação ao efetivo da GUARNAE-BE. Estão incluídos nesse escopo os gastos com proteínas, com projeção de até **R\$ 14.406.292,74**, sem a aplicação de um índice de reajuste, uma vez que no ano de 2025, foram empenhados **R\$ 20.580.418,20** e a Seção de Subsistência do GAP-BE estima que, desse valor total, **aproximadamente 60% são destinados para proteínas**.

A metodologia adotada para se chegar ao valor total final do Termo de Referência baseou-se na pesquisa de preços no sistema banco de preços, tomando-se precaução de obedecer o teto de **R\$ 14.406.292,74**. Posteriormente, foi aplicado um índice de reajuste de **4,26%**, correspondente à média do **IPCA dos últimos 12 meses**. Esse índice foi utilizado para estimar possíveis aumentos devido a reajustes inflacionários. Dessa forma, o valor total previsto para as despesas com proteínas em 2026 tem projeção de até **R\$ 15.020.000,81**, justificando o valor total contido no termo de referência.

A contratação possui caráter prioritário elevado, tendo em vista sua essencialidade para a manutenção das atividades institucionais.

A previsão para conclusão do processo licitatório foi estabelecida de modo a garantir a continuidade do fornecimento, evitando desabastecimento e prejuízos à Administração.

A demanda encontra-se alinhada ao planejamento anual de contratações do órgão.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

O certame em questão foi elaborado tendo em vista que servirá para manutenção da rotina de trabalho do Grupamento de Apoio de Belém e suas Unidades apoiadas para preparo e distribuição da alimentação da tropa, por meio da Aquisição de gêneros alimentícios do tipo proteína animal para o Grupamento de Apoio de Belém e Unidades Apoiadas, considerando o desenvolvimento sustentável e, em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis.

### **13. Providências a serem Adotadas**

A administração tomou todas as providências para recebimento do material com a devida comissão publicada em Boletim Interno.

### **14. Possíveis Impactos Ambientais**

A Fornecedora dos Materiais deverá em seu processo de produção ou aquisição, adotar, no que couber, as práticas de sustentabilidade ambiental dispostas na Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, em especial ao Art. 7º; e na Instrução Normativa nº 01/STLI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010, no que tange a:

- utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifênil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

### **15. Critérios de sustentabilidade**

A presente contratação observará critérios de sustentabilidade compatíveis com a natureza do objeto, em consonância com as diretrizes da Administração Pública Federal e com o Plano Diretor de Logística Sustentável.

Considerando as especificações constantes do Termo de Referência, especialmente quanto às condições de acondicionamento, transporte e conservação dos produtos, destacam-se as seguintes diretrizes:

- exigência de embalagens adequadas, preferencialmente recicláveis ou que permitam destinação ambientalmente adequada;
- adoção de práticas que minimizem perdas e desperdícios, especialmente em razão da perecibilidade dos produtos;
- exigência de transporte em condições adequadas de refrigeração, evitando deterioração e descarte desnecessário;
- observância de normas sanitárias e de inspeção que garantam a segurança alimentar e reduzam riscos ambientais e à saúde pública;
- priorização de fornecedores que adotem boas práticas de produção e logística sustentável, quando possível.

Ressalta-se que os critérios acima estão alinhados às exigências técnicas previstas no Termo de Referência, especialmente no que se refere às condições de armazenamento, transporte e rotulagem dos produtos, garantindo coerência entre os instrumentos da fase de planejamento.

Dessa forma, busca-se não apenas atender à demanda administrativa, mas também promover o uso racional de recursos, a redução de impactos ambientais e a sustentabilidade na cadeia de fornecimento.

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade

Diante dos fatos expostos neste Estudo Preliminar, tomando como diretriz superior a necessidade de prover o fornecimento de gêneros alimentícios do tipo proteína animal para atender o Grupamento de Apoio de Belém e Unidades Apoiadas mínimo para a GUARNAEBE, promovendo as melhorias esperadas para as seções, e ainda, considerando o orçamento e prioridades, conforme justificado neste instrumento, esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**DRIELLY GISELLY BRITO PEREIRA**

Adjunta a chefia da SSUB



*Assinou eletronicamente em 05/05/2026 às 12:51:03.*

**ANDERSON WILLIAM FONSECA BARBOSA**

Encarregado da secretaria da SSUB



*Assinou eletronicamente em 05/05/2026 às 12:13:25.*



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ETP120628_000013_2026
Data/Hora de Criação:	05/05/2026 15:55:52
Páginas do Documento:	6
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	7
Hash MD5:	a234d833101c83bbc8fdc044640b2819
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten FELIPE MAYWORM GERVASONI no dia 05/05/2026 às 13:00:49 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap EDUARDA PALHETA DE FREITAS no dia 12/05/2026 às 15:21:48 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel Int LIDIA BORGES AMBRÓSIO no dia 13/05/2026 às 20:31:29 no horário oficial de Brasília.

GRUPAMENTO DE APOIO DE BELÉM

Termo de Referência 18/2026

Informações Básicas

Número do artefato

UASG

Editado por

Atualizado em

18/2026

120628-GRUPAMENTO DE APOIO DE BELÉM

ANDERSON WILLIAM FONSECA BARBOSA

05/05/2026 12:52 (v 0.8)

Status

ASSINADO

Outras informações

Categoria

II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo

Número da Contratação

Processo Administrativo

67215.XXXXXX/20XX-XX

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Gêneros Alimentícios do tipo Proteína Animal para o Grupamento de Apoio de Belém e Unidades Apoiadas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Carne bovina in natura, tipo corte <b>MÚSCULO BOVINO</b> , apresentação peça inteira, processamento sem osso, estado de conservação congelado em embalagem impermeável. Dizeres de rotulagem com data de fabricação, prazo de validade de 6 meses ou superior e selo SIF.	454336	Kg	6160	R\$ 42,54	R\$ 262.046,40
	Carne bovina in natura, tipo corte <b>MÚSCULO BOVINO MOÍDO</b> , apresentação congelado, com cor avermelhada característica. Isenta de odores estranhos, tecidos conjuntivos, cartilagens ossos e nervos visíveis, máximo de 15% de gordura					

2	aparente, moagem uniforme, aspecto suculento, rico em colágeno, acondicionada em embalagens primária de polietileno atóxico, termossoldado, resistente, de até 1 kg ou 5 kg. Deve constar o carimbo do SIF (Serviço de Inspeção Federal) ou SIE (Serviço de Inspeção Estadual), data de fabricação, data de validade (mínima de 6 meses) e identificação da procedência.	447498	Kg	6000	R\$ 37,78	R\$ 226.680,00
3	Carne bovina desossada tipo <b>ACÉM SEM OSSO</b> congelada cada peça embalada a vácuo individualmente em embalagem impermeável e amplamente protegida Dizeres de rotulagem com data de fabricação prazo de validade de 6 meses ou superior e selo SIF.	447383	Kg	3750	R\$ 48,92	R\$ 183.450,00
4	Carne bovina tipo <b>COXÃO DURO (paulista)</b> congelada cada peça embalada a vácuo individualmente em embalagem impermeável Dizeres de rotulagem com data de fabricação prazo de validade de 6 meses ou superior e selo SIF.	465394	Kg	6400	R\$ 49,17	R\$ 314.688,00
5	Carne bovina tipo <b>LAGARTO</b> congelada cada peça embalada a vácuo individualmente em embalagem impermeável Dizeres de rotulagem com data de fabricação prazo de validade de 6 meses ou superior e selo SIF.	447442	Kg	3750	R\$ 46,59	R\$ 174.712,50
	Carne bovina tipo <b>PATINHO</b> congelada					

6	cada peça embalada a vácuo individualmente em embalagem impermeável Dizeres de rotulagem com data de fabricação prazo de validade de 6 meses ou superior e selo SIF.	447448	Kg	3750	R\$ 46,87	R\$ 175.762,50
7	Carne bovina desossada tipo <b>PALETA BOVINA</b> sem osso congelada cada peça embalada a vácuo individualmente em embalagem impermeável e amplamente protegida Dizeres de rotulagem com data de fabricação prazo de validade de 6 meses ou superior e selo SIF.	451062	Kg	3750	R\$ 43,58	R\$ 163.425,00
8	Carne bovina in natura, <b>TIPO CORTE CUPIM</b> , apresentação peça inteira, estado de conservação congelada -12°C (tolerância de +2°C). Pelo processo de frio rápido em túnel de congelamento, com perda máxima de peso no degelo de 6% do peso líquido informado na embalagem o produto deve possuir, no mínimo, prazo de validade vigente de nove meses. Embalado individualmente em envoltório plástico transparente atóxico, apropriado para contato direto com alimentos, a vácuo ou perfeitamente lacrado e resistente ao transporte e armazenamento. Caixa de papelão reforçado, com abas superiores e inferiores lacradas com fita adesiva ou cinta, ambas adequadas ao	447388	Kg	1000	R\$ 38,15	R\$ 38.150,00

	empilhamento recomendado, resistentes a danos durante o transporte, impacto e condições de estocagem congelada, garantindo a integridade do produto durante todo o seu período de validade e selo SIF.					
9	Carne bovina desossada tipo <b>COXÃO MOLE (CHÃ)</b> congelada cada peça embalada a vácuo individualmente em embalagem impermeável e amplamente protegida Dizeres de rotulagem com data de fabricação prazo de validade de 6 meses ou superior e selo SIF.	447431	Kg	5320	R\$ 45,90	R\$ 244.188,00
10	Carne bovina desossada tipo <b>ALCATRA</b> congelada cada peça embalada a vácuo individualmente em embalagem impermeável e amplamente protegida Dizeres de rotulagem com data de fabricação prazo de validade de 6 meses ou superior e selo SIF.	447398	Kg	5460	R\$ 50,27	R\$ 274.474,20
11	Carne bovina desossada tipo <b>CONTRAFILÉ DA ALCATRA</b> congelada cada peça embalada a vácuo individualmente em embalagem impermeável e amplamente protegida Dizeres de rotulagem com data de fabricação prazo de validade de 6 meses ou superior e selo SIF.	447465	Kg	4500	R\$ 46,66	R\$ 209.970,00
	Carne bovina desossada tipo <b>FRALDINHA</b> congelada cada peça embalada a vácuo individualmente em					

12	embalagem impermeável e amplamente protegida Dizeres de rotulagem com data de fabricação prazo de validade de 6 meses ou superior e selo SIF.	447468	Kg	1800	R\$ 40,05	R\$ 72.090,00
13	Carne bovina desossada tipo <b>MAMINHA</b> congelada cada peça embalada a vácuo individualmente em embalagem impermeável e amplamente protegida Dizeres de rotulagem com data de fabricação prazo de validade de 6 meses ou superior e selo SIF.	447408	Kg	1800	R\$ 40,83	R\$ 73.494,00
14	<b>COSTELA BOVINA, CORTE PONTA DE AGULHA (OU MINGA),</b> in natura, resfriada ou congelada, constituída pelas massas musculares que recobrem as últimas costelas e a região do vazio. Peça inteira ou serrada, carne com bom marmoreio, sem excesso de gordura (máximo de 10-15%), isenta de linfonodos, coágulos sanguíneos, nervo cervical e cartilagens excessivas. Carne de aspecto firme, cor vermelho vivo, cheiro e sabor próprios, sem manchas esverdeadas ou pegajosidade. Produto com carimbo do SIF (Serviço de Inspeção Federal). Acondicionamento: embalagem plástica atóxica, transparente, resistente, pesando aproximadamente 15kg a 30kg	447412	Kg	1000	R\$ 24,19	R\$ 24.190,00
	<b>ISCAS DE CARNE</b>					

15	<p><b>BOVINA.</b> Carne em iscas (<b>variedade coxão mole, patinho ou paleta</b>), isento de osso, cartilagem e sem excesso de gordura (máximo de 10% de gordura e 3% de aponevroses). Formato: Iscas (tiras) com dimensões específicas, entre 30g a 40g ou medidas como 4,0 cm de comprimento por 1,0 a 2,0 cm de espessura.</p> <p><b>Estado de Conservação:</b> Congelado, preferencialmente IQF (Individually Quick Frozen - Congelamento Rápido Individual), que evita a formação de blocos de gelo e facilita o porcionamento. Deve ser "extra limpo", sem tecidos inferiores, sem manchas esverdeadas ou pegajosidade.</p> <p><b>Embalagem:</b> Sacos atóxicos, transparentes e selados (não violados), de 1 ou 2 kg, acondicionados em caixas de papelão reforçado (máximo 20 kg). <b>Validade:</b> Mínimo de 6 meses no momento da entrega. <b>Rotulagem:</b> Obrigatório conter selo do SIF (Serviço de Inspeção Federal), SIE ou SIM, data de fabricação, prazo de validade, tipo de corte e procedência.</p>	448169	Kg	6560	R\$ 55,45	R\$ 363.752,00
	<p><b>CARNE BOVINA CORTADA EM CUBOS.</b> Carne bovina em cubos (<b>variedade coxão duro, patinho ou músculo</b>), isento de osso, cartilagem e sem excesso de gordura</p>					

16	<p>(máximo de 10% de gordura e 3% de aponevroses). Formato: cubos com dimensões específicas 3x3cm ou 4x4cm. <b>Estado de Conservação:</b> Congelado, preferencialmente IQF (Individually Quick Frozen - Congelamento Rápido Individual), que evita a formação de blocos de gelo e facilita o porcionamento. Deve ser "extra limpo", sem tecidos inferiores, sem manchas esverdeadas ou pegajosidade.</p> <p><b>Embalagem:</b> Sacos atóxicos, transparentes e selados (não violados), de 1 ou 2 kg, acondicionados em caixas de papelão reforçado (máximo 20 kg). <b>Validade:</b> Mínimo de 6 meses no momento da entrega. <b>Rotulagem:</b> Obrigatório conter selo do SIF (Serviço de Inspeção Federal), SIE ou SIM, data de fabricação, prazo de validade, tipo de corte e procedência.</p>	447435	Kg	6480	R\$ 52,11	R\$ 337.672,80
17	<p><b>CARNE BOVINA CORTADA EM BIFE.</b> Carne bovina cortada em bifes (<b>variedade coxão mole ou miolo</b>)</p> <p>Apresentação: Bife fatiado, padronizado (aproximadamente 120 a 150g). <b>Estado de Conservação:</b> congelada, sem excesso de gordura (máximo 10% de sebo/aparas).</p> <p><b>Embalagem:</b> Sacos de polietileno ou sacos plásticos transparentes, atóxicos, selados</p>	447429	Kg	6400	R\$ 49,52	R\$ 316.928,00

	hermeticamente, com pesos definidos de 1 a 5kg. <b>Qualidade:</b> Carne de primeira, macia, in natura, livre de contaminações, parasitas ou substâncias estranhas. <b>Identificação:</b> Devem constar data de produção, validade, carimbo do SIF (Serviço de Inspeção Federal) ou similar.					
18	Peixe in natura, <b>VARIEDADE DOURADA</b> , tipo corte filé, apresentação sem pele, embalagem impermeável e amplamente protegida. Dizeres de rotulagem com data de fabricação prazo de validade de 6 meses ou superior e selo SIF.	448949	Kg	5390	R\$ 48,15	R\$ 259.528,50
19	Filé de peixe, <b>VARIEDADE PESCADA AMARELA</b> , congelado, apresentação sem pele, embalagem impermeável e amplamente protegida. Dizeres de rotulagem com data de fabricação prazo de validade de 6 meses ou superior e selo SIF.	448888	Kg	5530	R\$ 52,08	R\$ 288.002,40
20	Filé de peixe, <b>VARIEDADE CORVINA</b> , congelado, peixe tipo corte filé apresentação sem pele, embalagem impermeável e amplamente protegida. Dizeres de rotulagem com data de fabricação prazo de validade de 6 meses ou superior e selo SIF.	448943	Kg	5250	R\$ 44,50	R\$ 233.625,00
	Filé de peixe, <b>VARIEDADE FILHOTE (PIRATINGA)</b> , congelado, embalagem impermeável e					

21	amplamente protegida Dizeres de rotulagem com data de fabricação prazo de validade de 6 meses ou superior e selo SIF.	462133	Kg	1500	R\$ 44,06	R\$ 66.090,00
22	Peixe in natura, <b>VARIEDADE FILÉ DE TILÁPIA</b> , tamanho grande, cortados em fatias longitudinais, sem escamas, pele ou espinhas, embalagem tipo exportação, zip-lock contendo o peso líquido de 1kg, acondicionados em caixa de papelão cintada, congelados a -18 °c, validade mínima de doze meses. O produto deverá conter qualidade similar ao padrão costa sul ou comprovadamente superior. O produto deverá conter qualidade similar ao padrão bem brasil ou comprovadamente superior. Dizeres de rotulagem com data de fabricação prazo de validade de 6 meses ou superior e selo SIF.	448955	Kg	3000	R\$ 49,84	R\$ 149.520,00
23	<b>COXA E SOBRECORA DE FRANGO SEM DORSO</b> congeladas embaladas em caixas interfolhadas e padronizadas com perda máxima de 6% no degelo Dizeres de rotulagem com data de fabricação prazo de validade de 6 meses ou superior dados nutricionais e selo SIF.	447638	Kg	14940	R\$ 26,05	R\$ 389.187,00
24	<b>CORTE CONGELADO DE FRANGO SOBRECORA SEM DORSO</b> Dizeres de rotulagem com data de fabricação prazo de validade de 6 meses ou	447866	Kg	3750	R\$ 18,63	R\$ 69.862,50

	superior composição nutricional e dos ingredientes e selo SIF.					
25	<b>FRANGO ESPECIAL (TIPO CHESTER) CONGELADO</b> embalado a vácuo com perda máxima de 25% no degelo com data de validade de 6 meses ou superior embalagens integras e selo do serviço de inspeção federal(SIF).	447874	Kg	1200	R\$ 35,66	R\$ 42.792,00
26	<b>FILÉ DE PEITO DE FRANGO SEM PELE E SEM OSSO</b> , congelado e embalado em caixas interfolhadas e padronizadas com perda máxima de 6% no degelo Dizeres de rotulagem com data de fabricação prazo de validade de 6 meses ou superior dados nutricionais e selo SIF.	447595	Kg	17800	R\$ 33,79	R\$ 601.462,00
27	<b>FRANGO À PASSARINHO</b> sem tempero congelado caixa de 12 kg com 4 pacotes de 3 kg com data de validade de 6 meses ou superior e embalagem íntegras e Selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF).	447586	Kg	6750	R\$ 18,57	R\$ 125.347,50
28	<b>PERU INTEIRO</b> temperado congelado embalado individualmente com perda máxima de 25% no degelo Dizeres de rotulagem com data de fabricação prazo de validade de 6 meses ou superior dados nutricionais e selo SIF.	447873	Kg	1200	R\$ 35,08	R\$ 42.096,00
	<b>COXINHA DA ASA DE FRANGO (DRUMETTE)</b> congelada, proveniente de aves saudáveis, abatidas sob inspeção federal (SIF). Apresentação em					

29	embalagem plástica original e resistente de 1kg, atóxica, contendo rótulo com informações nutricionais, inspeção, lote e validade (mínimo 6 meses). Não será aceito produto com acúmulo de gelo que caracterize excesso de água. Dizeres de rotulagem com data de fabricação prazo de validade de 6 meses ou superior e selo SIF.	447620	Kg	3000	R\$ 15,91	R\$ 47.730,00
30	<b>CARNE DE FRANGO MOÍDA</b> , obtida a partir do filé de peito de frango (sem osso e sem pele), in natura, congelada, Cor: Própria da espécie (rosada, sem manchas esverdeadas ou escuras). Odor: Característico de carne de frango fresca, isento de odores desagradáveis ou estranhos. Aspecto: Textura firme, moagem uniforme, sem presença de cartilagens, ossos, aponevroses (gordura espessa) ou pele. Tipo de Congelamento: IQF (Individually Quick Frozen - Congelamento Individual Rápido), de modo que o produto não se apresente como um bloco único, permitindo o uso fracionado. Temperatura de Armazenamento /Transporte: Inferior a -12°C, com tolerância para -10°C, mantendo a cadeia de frio ininterrupta. 4. Embalagem e Rotulagem: Primária em embalagem plástica, transparente, atóxica, resistente, selada (à	447615	Kg	4500	R\$ 22,06	R\$ 99.270,00

	vácuo ou termossoldada) Peso: Padronizado de 1 kg ou 2 kg. Rotulagem: Conforme legislação vigente (MAPA), contendo: denominação, marca, fabricante, endereço, carimbo do serviço de inspeção (SIF, SIE ou SIM), data de fabricação, prazo de validade (mínimo de 6 meses), peso líquido e instruções de conservação. Obrigatório registro no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Estadual (SIE) ou Municipal (SIM).					
31	<b>FILÉ DE PEITO DE FRANCO EM TIRAS (ISCAS).</b> Iscas de peito de frango padronizadas com aproximadamente 3X3cm ou 4,0X4,0cm, congeladas com tecnologia IQF (congelamento individual rápido). Cortes selecionados, isentos de cartilagens, pele, ossos, manchas esverdeadas, não amolecidas e sem odor de alteração, baixa quantidade de gordura. Embalagem: Sacos plásticos transparentes, atóxicos, resistentes e selados (embalagem primária), acondicionados em caixas de papelão, com peso uniforme. Rotulagem: Devem conter carimbo do SIF (Serviço de Inspeção Federal) ou SIE/SIM (Estadual/Municipal), tabela nutricional e ingredientes. Validade: Mínimo de 6 meses no momento da entrega e selo SIF.	447617	Kg	6000	R\$ 25,25	R\$ 151.500,00

32	<b>FILÉ DE PEITO DE FRANGO CORTADO EM CUBOS.</b> Cubos de filé de peito de frango padronizados com aproximadamente 3X3cm ou 4X4cm, congeladas com tecnologia IQF (congelamento individual rápido). Cortes selecionados, isentos de cartilagens, pelo, ossos, manchas esverdeadas, não amolecidas e sem odor de alteração, baixa quantidade de gordura. Embalagem: Sacos plásticos transparentes, atóxicos, resistentes e selados (embalagem primária), acondicionados em caixas de papelão, com peso uniforme. Rotulagem: Conforme legislação vigente, devem conter carimbo do SIF (Serviço de Inspeção Federal) ou SIE/SIM (Estadual/Municipal), tabela nutricional e ingredientes. Validade: Mínimo de 6 meses no momento da entrega e selo SIF.	447616	Kg	6000	R\$ 27,53	R\$ 165.180,00
33	<b>LOMBO SUÍNO DESOSSADO</b> congelado cada peça embalada a vácuo individualmente em embalagem impermeável e amplamente protegida. Dizeres de rotulagem com data de fabricação prazo de validade de 6 meses ou superior e selo SIF.	447518	Kg	6000	R\$ 35,08	R\$ 210.480,00
34	<b>LOMBO DE PORCO SALGADO</b> embalagem padronizada com 1 Kg. Dizeres de rotulagem com data de fabricação	447744	Kg	3000	R\$ 26,07	R\$ 78.210,00

	prazo de validade de 6 meses ou superior dados nutricionais e selo SIF.					
35	Carne suína in natura, <b>TIPO CARRÉ (BISTECA)</b> , apresentação fatiada, processamento sem osso, estado de conservação congelado. Dizeres de rotulagem com data de fabricação prazo de validade de 6 meses ou superior e selo SIF.	447509	Kg	5250	R\$ 31,61	R\$ 165.952,50
36	Corte suíno, <b>VARIEDADE COPA LOMBO SUÍNO (SOBREPALETA)</b> , apresentação congelada, com gordura entremeada (marmoreio), limpa, sem ossos, isenta de cartilagens, tecidos fibrosos e coágulos sanguíneos, coloração avermelhada, carne firme e com gordura de cobertura branca/alva, acondicionada em embalagem primária atóxica, transparente, selada a vácuo ou embalagem plástica resistente, a embalagem deve conter rótulo com nome do produto, peso, data de fabricação, prazo de validade, carimbo do SIF (Serviço de Inspeção Federal) ou SIE/SIM, e dados do fabricante. Validade mínima de 6 meses. Embalagem Secundária: Caixa de papelão ou engradado plástico, resistente, garantindo a integridade durante o transporte.	451670	Kg	3750	R\$ 30,00	R\$ 112.500,00
	<b>PERNIL SUÍNO TRASSEIRO</b> , apresentação sem osso, sem pele, limpo, sem					

37	excesso de gordura externa, congelado (-12° C ou mais frio), carne firme, de coloração rosada, livre de parasitas, substâncias contaminantes, odor e sabor característicos, Embalagem: Plástica, atóxica, resistente, selada, com identificação do produto, carimbo do SIF, data de validade (mínima de 6 meses) e lote, Obrigatório registro no SIF, SIE ou SIM.	447525	Kg	3750	R\$ 27,41	R\$ 102.787,50
38	<b>PALETA SUÍNA DIANTEIRA</b> , apresentação sem osso, sem pele, limpa, congelada, carne de fibras longas, com sabor característico, de aspecto limpo, sem amolecimento ou manchas esverdeadas, peça inteira, Embalagem: Plástica, atóxica, resistente, selada, com identificação do produto, carimbo do SIF, data de validade mínima de 6 meses e lote.	447534	Kg	3750	R\$ 28,81	R\$ 108.037,50
39	<b>BUCHO BOVINO (DOBRADINHA)</b> . Produto de primeira qualidade, extra limpo (sem resíduos de sujeira, de cor branca a amarelada claro, sem manchas esverdeadas ou pardacentas). Deve ser apresentada pré-cozida ou in natura, cortada em tiras/iscas ou peça inteira (especificar a preferência). Produto congelado, com odor e sabor próprios, sem sinais de recongelamento, isento de matérias estranhas.	447492	Kg	2000	R\$ 21,16	R\$ 42.320,00

	Embalagem plástica atóxica, resistente, hermeticamente fechada, pesando entre 1kg e 3kg (ou conforme necessidade), com rotulagem contendo ingredientes, peso, validade mínima de 6 meses e SIF/SIE/SIM.					
40	<b>FÍGADO BOVINO (EM BIFE):</b> Fígado bovino de primeira qualidade, sem pele, in natura, congelado. Apresentação em bifes com espessura uniforme, cor avermelhada característica, sem manchas esverdeadas, textura firme. Produto inspecionado pelo SIF/SIE. Embalado em saco plástico atóxico, transparente, resistente, contendo peso, data de fabricação, validade e carimbo de inspeção. Deve ser entregue congelado a -18°C."	447487	Kg	2000	R\$ 24,53	R\$ 49.060,00
41	Carne bovina in natura tipo vísceras - <b>LÍNGUA BOVINA</b> apresentação congelado cada peça embalada a vácuo individualmente em embalagem impermeável. Dizeres de rotulagem com data de fabricação prazo de validade de 6 meses ou superior e selo SIF.	447481	Kg	1200	R\$ 23,36	R\$ 28.032,00
	<b>ALMÔNDEGA BOVINA CONGELADA:</b> produto composto por carne bovina, água, cebola, proteína de soja, farinha de rosca, sal, condimentos na turais e outros componentes característicos do produto. Peso unitário de					

42	<p>cada almôndega de aproximadamente 15 gramas. Congelado individualmente (IQF). O produto deverá conter no mínimo 14 g de proteína, no máximo 10 g de carboidrato, máximo de 9g de lipídio e no máximo 270 mg de sódio na porção de 100g. O produto deve apresentar-se arredondado, com coloração marrom clara, textura macia, odor e sabor característicos. Deve estar acondicionado em embalagem primária de polietileno atóxica, transparente e resistente, com etiqueta de identificação, vedação termossoldada, peso líquido de 2 kg (dois quilos) Não apresentar perfurações. A embalagem secundária deve ser caixa de papelão ondulada reforçada, lacrada com fita adesiva, sem apresentar danos e identificada com rótulo impresso que deverá constar nome e marca do produto, nome e endereço do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, peso líquido, nº do lote e carimbo do SIF, SISP ou SIM, temperatura de estocagem e demais informações exigidas em legislação específica. No momento da entrega o produto deve apresentar validade mínima de 3 meses. Produto deve ser entregue congelado.</p>	447757	Kg	9120	R\$ 26,80	R\$ 244.416,00
	Empanado (carne processada de frango)					

43	tipo <b>STEAK INDUSTRIALIZADO</b> (de primeira qualidade) congelada a -18° C separada por filme plástico, reembalada em caixa de papelão cintada com validade de no mínimo 6 meses e selo SIF.	447751	Kg	9240	R\$ 28,49	R\$ 263.247,60
44	<b>HAMBURGUER TIPO BOVINO</b> , temperado, estado de conservação congelado a -12°c (tolerância de +2°c), 100% de carne bovina, sem proteína de soja. Deverá ser embalado individualmente com material atóxico, apropriado para contato direto com alimentos, adequado para as condições de armazenamento e que lhe confirmam uma proteção apropriada durante todo período de validade. Caixa de papelão resistente, adequada ao empilhamento recomendado, resistente a danos durante o transporte, impacto e às condições de estocagem, garantindo a integridade do produto durante todo o seu período de validade. O produto deverá possuir, no mínimo, prazo de validade vigente de seis meses, respeitada a forma de conservação descrita na embalagem e selo SIF.	447747	Kg	6000	R\$ 29,03	R\$ 174.180,00
	<b>HAMBURGUER, TIPO FRANGO</b> , sabor temperado, estado de conservação congelado a -12°c (tolerância de +2°					

45	<p>c), 100% de carne de frango, sem proteína de soja, porcionado entre 90g e 100g, deverá ser embalado individualmente com material atóxico, apropriado para contato direto com alimentos, adequado para as condições de armazenamento e que lhe confirmam uma proteção apropriada durante todo período de validade. Caixa de papelão resistente, adequada ao empilhamento recomendado, resistente a danos durante o transporte, impacto e às condições de estocagem, garantindo a integridade do produto durante todo o seu período de validade. O produto deverá possuir, no mínimo, prazo de validade vigente de seis meses, respeitada a forma de conservação descrita na embalagem e selo SIF.</p>	447748	Kg	6000	R\$ 22,64	R\$ 135.840,00
46	<p><b>LINGUIÇA CALABRESA DEFUMADA.</b> Elaborada com carne suína (ou mista de suína/bovina), apresentando-se em gomos firmes, com gordura dentro dos limites regulamentares e embalada a vácuo.  <b>Qualidade:</b> Produto defumado, de aspecto característico, firme, com odor e sabor próprios, sem umidade excessiva ou características colantes. <b>Composição:</b> Carnes suínas e/ou bovinas, temperos e especiarias. <b>Embalagem</b></p>	615353	Kg	6000	R\$ 33,38	R\$ 200.280,00

	<p><b>e Validade:</b> Embalada a vácuo em saco plástico atóxico, resistente, com validade mínima geralmente de 3 meses.</p> <p><b>Inspeção:</b> Indispensável carimbo do SIF, SIE ou S I M .</p> <p><b>Acondicionamento:</b> Embalagens de 1kg a 5kg, ou conforme solicitação, lacradas e com rotulagem contendo informações nutricionais, peso, lote e data de validade.</p>					
47	<p><b>LINGUIÇA CALABRESA CORTADA EM ISCAS,</b> defumada e resfriada de 1ª linha. <b>Ingredientes:</b> Carne suína (primeira qualidade), toucinho, sal, condimentos, especiarias (pimenta calabresa), estabilizantes e antioxidantes.</p> <p><b>Qualidade:</b> Deve ser firme, sem umidade excessiva, não pegajosa, isenta de sujidades, parasitas, larvas ou gordura excessiva.</p> <p><b>Processo:</b> Defumada (fumaça natural ou líquida). <b>Embalagem:</b> A vácuo, de 1kg a 5kg (saco de polietileno de alta densidade, atóxico).</p> <p><b>Validade:</b> Mínima de 3 a 4 meses da data de entrega. <b>Inspeção:</b> Obrigatório selo de inspeção federal (SIF), estadual (IMA/SIE) ou municipal (SIM).</p> <p><b>Temperatura:</b> Armazenada e transportada em temperatura de refrigeração adequada (geralmente abaixo de 10°C ou conforme rotulagem). Embalada a</p>	447702	Kg	6000	R\$ 39,35	R\$ 236.100,00

	vácuo em embalagem impermeável e amplamente protegida. Dizeres de rotulagem com data de fabricação, prazo de validade de 6 meses ou superior dados nutricionais e selo SIF.					
48	(1.1) Carne bovina in natura, tipo corte MÚSCULO BOVINO, apresentação peça inteira, processamento sem osso, estado de conservação congelado em embalagem impermeável. Dizeres de rotulagem com data de fabricação, prazo de validade de 6 meses ou superior e selo SIF. <b>(cota reservada de até 25% para ME e EPP).</b>	454336	Kg	1840	R\$ 42,54	R\$ 78.273,60
49	(2.1) MÚSCULO BOVINO MOÍDO, apresentação congelado, com cor avermelhada característica. Isenta de odores estranhos, tecidos conjuntivos, cartilagens ossos e nervos visíveis, máximo de 15% de gordura aparente, moagem uniforme, aspecto suculento, rico em colágeno, acondicionada em embalagens primária de polietileno atóxico, termossoldado, resistente, de até 1 kg ou 5 kg. Deve constar o carimbo do SIF (Serviço de Inspeção Federal) ou SIE (Serviço de Inspeção Estadual), data de fabricação, data de validade (mínima de 6 meses) e identificação da procedência. <b>(cota reservada de até 25% para ME e EPP).</b>	447498	Kg	2000	R\$ 37,78	R\$ 75.560,00
	(3.1) Carne bovina					

50	desossada tipo ACÉM SEM OSSO congelada cada peça embalada a vácuo individualmente em embalagem impermeável e amplamente protegida Dizeres de rotulagem com data de fabricação prazo de validade de 6 meses ou superior e selo SIF. <b>(cota reservada de até 25% para ME e EPP).</b>	447383	Kg	1250	R\$ 48,92	R\$ 61.150,00
51	(4.1) Carne bovina tipo COXÃO DURO (paulista) congelada cada peça embalada a vácuo individualmente em embalagem impermeável Dizeres de rotulagem com data de fabricação prazo de validade de 6 meses ou superior e selo SIF. <b>(cota reservada de até 25% para ME e EPP).</b>	465394	Kg	1600	R\$ 49,17	R\$ 78.672,00
52	(5.1) Carne bovina tipo LAGARTO congelada cada peça embalada a vácuo individualmente em embalagem impermeável Dizeres de rotulagem com data de fabricação prazo de validade de 6 meses ou superior e selo SIF. <b>(cota reservada de até 25% para ME e EPP).</b>	447442	Kg	1250	R\$ 46,59	R\$ 58.237,50
53	(6.1) Carne bovina tipo PATINHO congelada cada peça embalada a vácuo individualmente em embalagem impermeável Dizeres de rotulagem com data de fabricação prazo de validade de 6 meses ou superior e selo SIF. <b>(cota reservada de até 25% para ME e EPP).</b>	447448	Kg	1250	R\$ 46,87	R\$ 58.587,50
	(7.1) Carne bovina					

54	desossada tipo <b>PALETA BOVINA</b> sem osso congelada cada peça embalada a vácuo individualmente em embalagem impermeável e amplamente protegida Dizeres de rotulagem com data de fabricação prazo de validade de 6 meses ou superior e selo SIF. <b>(cota reservada de até 25% para ME e EPP).</b>	451062	Kg	1250	R\$ 43,58	R\$ 54.475,00
55	(9.1) Carne bovina desossada tipo <b>COXÃO MOLE (CHÃ)</b> congelada cada peça embalada a vácuo individualmente em embalagem impermeável e amplamente protegida Dizeres de rotulagem com data de fabricação prazo de validade de 6 meses ou superior e selo SIF. <b>(cota reservada de até 25% para ME e EPP).</b>	447431	Kg	1680	R\$ 45,90	R\$ 77.112,00
56	(10.1) Carne bovina desossada tipo <b>ALCATRA</b> congelada cada peça embalada a vácuo individualmente em embalagem impermeável e amplamente protegida Dizeres de rotulagem com data de fabricação prazo de validade de 6 meses ou superior e selo SIF. <b>(cota reservada de até 25% para ME e EPP).</b>	447398	Kg	1540	R\$ 50,27	R\$ 77.415,80
57	(11.1) Carne bovina desossada tipo <b>CONTRAFILÉ DA ALCATRA</b> congelada cada peça embalada a vácuo individualmente em embalagem impermeável e amplamente protegida Dizeres de rotulagem com data de fabricação	447465	Kg	1500	R\$ 46,66	R\$ 69.990,00

	prazo de validade de 6 meses ou superior e selo SIF. <b>(cota reservada de até 25% para ME e EPP).</b>					
58	<p>(15.1) <b>ISCAS DE CARNE BOVINA.</b> Carne em iscas (<b>variedade coxão mole, patinho ou paleta</b>), isento de osso, cartilagem e sem excesso de gordura (máximo de 10% de gordura e 3% de aponevroses). Formato: Iscas (tiras) com dimensões específicas, entre 30g a 40g ou medidas como 4,0 cm de comprimento por 1,0 a 2,0 cm de espessura.</p> <p><b>Estado de Conservação:</b> Congelado, preferencialmente IQF (Individually Quick Frozen - Congelamento Rápido Individual), que evita a formação de blocos de gelo e facilita o porcionamento. Deve ser "extra limpo", sem tecidos inferiores, sem manchas esverdeadas ou pegajosidade.</p> <p><b>Embalagem:</b> Sacos atóxicos, transparentes e selados (não violados), de 1 ou 2 kg, acondicionados em caixas de papelão reforçado (máximo 20 kg). <b>Validade:</b> Mínimo de 6 meses no momento da entrega. <b>Rotulagem:</b> Obrigatório conter selo do SIF (Serviço de Inspeção Federal), SIE ou SIM, data de fabricação, prazo de validade, tipo de corte e procedência. <b>(cota reservada de até 25% para ME e EPP).</b></p>	448169	Kg	1440	R\$ 55,45	R\$ 79.848,00

59	<p>(16.1) <b>CARNE BOVINA CORTADA EM CUBOS.</b> Carne bovina em cubos (<b>variedade coxão duro, patinho ou músculo</b>), isento de osso, cartilagem e sem excesso de gordura (máximo de 10% de gordura e 3% de aponevroses). Formato: cubos com dimensões específicas 3x3cm ou 4x4cm. <b>Estado de Conservação:</b> Congelado, preferencialmente IQF (Individually Quick Frozen - Congelamento Rápido Individual), que evita a formação de blocos de gelo e facilita o porcionamento. Deve ser "extra limpo", sem tecidos inferiores, sem manchas esverdeadas ou pegajosidade. <b>Embalagem:</b> Sacos atóxicos, transparentes e selados (não violados), de 1 ou 2 kg, acondicionados em caixas de papelão reforçado (máximo 20 kg). <b>Validade:</b> Mínimo de 6 meses no momento da entrega. <b>Rotulagem:</b> Obrigatório conter selo do SIF (Serviço de Inspeção Federal), SIE ou SIM, data de fabricação, prazo de validade, tipo de corte e procedência. <b>(cota reservada de até 25% para ME e EPP).</b></p>	447435	Kg	1520	R\$ 52,11	R\$ 79.207,20
	<p>(17.1) <b>CARNE BOVINA CORTADA EM BIFE.</b> Carne bovina cortada em bifes (<b>variedade coxão mole ou miolo</b>) Apresentação: Bife fatiado, padronizado</p>					

60	(aproximadamente 120 a 150g). <b>Estado de Conservação:</b> congelada, sem excesso de gordura (máximo 10% de sebo/aparas). <b>Embalagem:</b> Sacos de polietileno ou sacos plásticos transparentes, atóxicos, selados hermeticamente, com pesos definidos de 1 a 5kg. <b>Qualidade:</b> Carne de primeira, macia, in natura, livre de contaminações, parasitas ou substâncias estranhas. <b>Identificação:</b> Devem constar data de produção, validade, carimbo do SIF (Serviço de Inspeção Federal) ou similar. <b>(cota reservada de até 25% para ME e EPP).</b>	447429	Kg	1600	R\$ 49,52	R\$ 79.232,00
61	(18.1) Peixe in natura, <b>VARIEDADE DOURADA</b> , tipo corte filé, apresentação sem pele, embalagem impermeável e amplamente protegida. Dizeres de rotulagem com data de fabricação prazo de validade de 6 meses ou superior e selo SIF. <b>(cota reservada de até 25% para ME e EPP).</b>	448949	Kg	1610	R\$ 48,15	R\$ 77.521,50
62	(19.1) Filé de peixe, <b>VARIEDADE PESCADA AMARELA</b> , congelado, apresentação sem pele, embalagem impermeável e amplamente protegida. Dizeres de rotulagem com data de fabricação prazo de validade de 6 meses ou superior e selo SIF. <b>(cota reservada de até 25% para ME e EPP).</b>	448888	Kg	1470	R\$ 52,08	R\$ 76.557,60
	(20.1) Filé de peixe, <b>VARIEDADE CORVINA</b> , congelado, peixe tipo					

63	<p>corte filé apresentação sem pele, embalagem impermeável e amplamente protegida</p> <p>Dizeres de rotulagem com data de fabricação prazo de validade de 6 meses ou superior e selo SIF. <b>(cota reservada de até 25% para ME e EPP).</b></p>	448943	Kg	1750	R\$ 44,50	R\$ 77.875,00
64	<p>(22.1) Peixe in natura, <b>VARIEDADE FILÉ DE TILÁPIA</b>, tamanho grande, cortados em fatias longitudinais, sem escamas, pele ou espinhas, embalagem tipo exportação, zip-lock contendo o peso líquido de 1kg, acondicionados em caixa de papelão cintada, congelados a -18 °c, validade mínima de doze meses. O produto deverá conter qualidade similar ao padrão costa sul ou comprovadamente superior. O produto deverá conter qualidade similar ao padrão bem brasil ou comprovadamente superior. Dizeres de rotulagem com data de fabricação prazo de validade de 6 meses ou superior e selo SIF. <b>(cota reservada de até 25% para ME e EPP).</b></p>	448955	Kg	1000	R\$ 49,84	R\$ 49.840,00
65	<p>(23.1) <b>COXA E SOBRECOXA DE FRANGO SEM DORSO</b> congeladas embaladas em caixas interfolhadas e padronizadas com perda máxima de 6% no degelo Dizeres de rotulagem com data de fabricação prazo de validade de 6 meses ou superior dados</p>	447638	Kg	3060	R\$ 26,05	R\$ 79.713,00

	nutricionais e selo SIF. (cota reservada de até 25% para ME e EPP).					
66	(24.1) <b>CORTE CONGELADO DE FRANGO SOBRECOXA SEM DORSO</b> Dizeres de rotulagem com data de fabricação prazo de validade de 6 meses ou superior composição nutricional e dos ingredientes e selo SIF. (cota reservada de até 25% para ME e EPP).	447866	Kg	1250	R\$ 18,63	R\$ 23.287,50
67	(26.1) <b>FILÉ DE PEITO DE FRANGO SEM PELE E SEM OSSO</b> , congelado e embalado em caixas interfolhadas e padronizadas com perda máxima de 6% no degelo Dizeres de rotulagem com data de fabricação prazo de validade de 6 meses ou superior dados nutricionais e selo SIF. (cota reservada de até 25% para ME e EPP).	447595	Kg	2200	R\$ 33,79	R\$ 74.338,00
68	(27.1) <b>FRANGO À PASSARINHO</b> sem tempero congelado caixa de 12 kg com 4 pacotes de 3 kg com data de validade de 6 meses ou superior e embalagem íntegras e Selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF). (cota reservada de até 25% para ME e EPP).	447586	Kg	2250	R\$ 18,57	R\$ 41.782,50
	(30.1) <b>CARNE DE FRANGO MOÍDA</b> , obtida a partir do filé de peito de frango (sem osso e sem pele), in natura, congelada, Cor: Própria da espécie (rosada, sem manchas esverdeadas ou escuras). Odor: Característico de carne de frango fresca, isento					

69	<p>de odores desagradáveis ou estranhos. Aspecto: Textura firme, moagem uniforme, sem presença de cartilagens, ossos, aponevroses (gordura espessa) ou pele. Tipo de Congelamento: IQF (Individually Quick Frozen - Congelamento Individual Rápido), de modo que o produto não se apresente como um bloco único, permitindo o uso fracionado. Temperatura de Armazenamento /Transporte: Inferior a -12°C, com tolerância para -10°C, mantendo a cadeia de frio ininterrupta. 4. Embalagem e Rotulagem: Primária em embalagem plástica, transparente, atóxica, resistente, selada (à vácuo ou termossoldada) Peso: Padronizado de 1 kg ou 2 kg. Rotulagem: Conforme legislação vigente (MAPA), contendo: denominação, marca, fabricante, endereço, carimbo do serviço de inspeção (SIF, SIE ou SIM), data de fabricação, prazo de validade (mínimo de 6 meses), peso líquido e instruções de conservação. Obrigatório registro no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Estadual (SIE) ou Municipal (SIM). <b>(cota reservada de até 25% para ME e EPP).</b></p>	447615	Kg	1500	R\$ 22,06	R\$ 33.090,00
	<p><b>(31.1) FILÉ DE PEITO DE FRANCO EM TIRAS (ISCAS).</b> Iscas de peito de frango padronizadas com aproximadamente</p>					

70	3X3cm ou 4,0X4,0cm, congeladas com tecnologia IQF (congelamento individual rápido). Cortes selecionados, isentos de cartilagens, pele, ossos, manchas esverdeadas, não amolecidas e sem odor de alteração, baixa quantidade de gordura. Embalagem: Sacos plásticos transparentes, atóxicos, resistentes e selados (embalagem primária), acondicionados em caixas de papelão, com peso uniforme. Rotulagem: Devem conter carimbo do SIF (Serviço de Inspeção Federal) ou SIE/SIM (Estadual/Municipal), tabela nutricional e ingredientes. Validade: Mínimo de 6 meses no momento da entrega e selo SIF. <b>(cota reservada de até 25% para ME e EPP).</b>	447617	Kg	2000	R\$ 25,25	R\$ 50.500,00
71	<b>(32.1) FILÉ DE PEITO DE FRANGO CORTADO EM CUBOS.</b> Cubos de filé de peito de frango padronizados com aproximadamente 3X3cm ou 4X4cm, congeladas com tecnologia IQF (congelamento individual rápido). Cortes selecionados, isentos de cartilagens, pelo, ossos, manchas esverdeadas, não amolecidas e sem odor de alteração, baixa quantidade de gordura. Embalagem: Sacos plásticos transparentes, atóxicos, resistentes e selados (embalagem primária), acondicionados em	447616	Kg	2000	R\$ 27,53	R\$ 55.060,00

	caixas de papelão, com peso uniforme. Rotulagem: Conforme legislação vigente, devem conter carimbo do SIF (Serviço de Inspeção Federal) ou SIE/SIM (Estadual/Municipal), tabela nutricional e ingredientes. Validade: Mínimo de 6 meses no momento da entrega e selo SIF. <b>(cota reservada de até 25% para ME e EPP).</b>					
72	(33.1) <b>LOMBO SUÍNO DESOSSADO</b> congelado cada peça embalada a vácuo individualmente em embalagem impermeável e amplamente protegida Dizeres de rotulagem com data de fabricação prazo de validade de 6 meses ou superior e selo SIF. <b>(cota reservada de até 25% para ME e EPP).</b>	447518	Kg	2000	R\$ 35,08	R\$ 70.160,00
73	(34.1) <b>LOMBO DE PORCO SALGADO</b> embalagem padronizada com 1 Kg Dizeres de rotulagem com data de fabricação prazo de validade de 6 meses ou superior dados nutricionais e selo SIF. <b>(cota reservada de até 25% para ME e EPP).</b>	447744	Kg	1000	R\$ 26,07	R\$ 26.070,00
74	(35.1) Carne suína in natura, <b>TIPO CARRÉ (BISTECA)</b> , apresentação fatiada, processamento sem osso, estado de conservação congelado. Dizeres de rotulagem com data de fabricação prazo de validade de 6 meses ou superior e selo SIF. <b>(cota reservada de até 25% para ME e EPP).</b>	447509	Kg	1750	R\$ 31,61	R\$ 55.317,50

75	<p>(36.1) Corte suíno, <b>VARIEDADE COPA LOMBO SUÍNO (SOBREPALETA)</b>, apresentação congelada, com gordura entremeada (marmoreio), limpa, sem ossos, isenta de cartilagens, tecidos fibrosos e coágulos sanguíneos, coloração avermelhada, carne firme e com gordura de cobertura branca/alva, acondicionada em embalagem primária atóxica, transparente, selada a vácuo ou embalagem plástica resistente, a embalagem deve conter rótulo com nome do produto, peso, data de fabricação, prazo de validade, carimbo do SIF (Serviço de Inspeção Federal) ou SIE/SIM, e dados do fabricante. Validade mínima de 6 meses. Embalagem Secundária: Caixa de papelão ou engradado plástico, resistente, garantindo a integridade durante o transporte. <b>(cota reservada de até 25% para ME e EPP).</b></p>	451670	Kg	1250	R\$ 30,00	R\$ 37.500,00
76	<p>(37.1) <b>PERNIL SUÍNO TRASSEIRO</b>, apresentação sem osso, sem pele, limpo, sem excesso de gordura externa, congelado (-12° C ou mais frio), carne firme, de coloração rosada, livre de parasitas, substâncias contaminantes, odor e sabor característicos, Embalagem: Plástica, atóxica, resistente, selada, com identificação do produto, carimbo do SIF, data de validade</p>	447525	Kg	1250	R\$ 27,41	R\$ 34.262,50

	(mínima de 6 meses) e lote, Obrigatório registro no SIF, SIE ou SIM. <b>(cota reservada de até 25% para ME e EPP).</b>					
77	<p>(38.1) <b>PALETA SUÍNA DIANTEIRA</b>, apresentação sem osso, sem pele, limpa, congelada, carne de fibras longas, com sabor característico, de aspecto limpo, sem amolecimento ou manchas esverdeadas, peça inteira, Embalagem: Plástica, atóxica, resistente, selada, com identificação do produto, carimbo do SIF, data de validade mínima de 6 meses e lote. <b>(cota reservada de até 25% para ME e EPP).</b></p>	447534	Kg	1250	R\$ 28,81	R\$ 36.012,50
	<p>(42.1) <b>ALMÔNDEGA BOVINA CONGELADA</b>: produto composto por carne bovina, água, cebola, proteína de soja, farinha de rosca, sal, condimentos naturais e outros componentes característicos do produto. Peso unitário de cada almôndega de aproximadamente 15 gramas. Congelado individualmente (IQF). O produto deverá conter no mínimo 14 g de proteína, no máximo 10 g de carboidrato, máximo de 9g de lipídio e no máximo 270 mg de sódio na porção de 100g. O produto deve apresentar-se arredondado, com coloração marrom clara, textura macia, odor e sabor característicos. Deve estar acondicionado em</p>					

78	<p>embalagem primária de polietileno atóxica, transparente e resistente, com etiqueta de identificação, vedação termossoldada, peso líquido de 2 kg (dois quilos) Não apresentar perfurações. A embalagem secundária deve ser caixa de papelão ondulada reforçada, lacrada com fita adesiva, sem apresentar danos e identificada com rótulo impresso que deverá constar nome e marca do produto, nome e endereço do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, peso líquido, nº do lote e carimbo do SIF, SISP ou SIM, temperatura de estocagem e demais informações exigidas em legislação específica. No momento da entrega o produto deve apresentar validade mínima de 3 meses. Produto deve ser entregue congelado. <b>(cota reservada de até 25% para ME e EPP).</b></p>	447757	Kg	2880	R\$ 26,80	R\$ 77.184,00
79	<p>(43.1) Empanado (carne processada de frango) tipo <b>STEAK INDUSTRIALIZADO</b> (de primeira qualidade) congelada a -18° C separada por filme plástico, reembalada em caixa de papelão cintada com validade de no mínimo 6 meses e selo SIF. <b>(cota reservada de até 25% para ME e EPP).</b></p>	447751	Kg	2760	R\$ 28,49	R\$ 78.632,40
	<p>(44.1) <b>HAMBURGUER TIPO BOVINO</b>, temperado, estado de conservação congelado a</p>					

80	<p>-12°C (tolerância de +2°C), 100% de carne bovina, sem proteína de soja. Deverá ser embalado individualmente com material atóxico, apropriado para contato direto com alimentos, adequado para as condições de armazenamento e que lhe confirmem uma proteção apropriada durante todo período de validade. Caixa de papelão resistente, adequada ao empilhamento recomendado, resistente a danos durante o transporte, impacto e às condições de estocagem, garantindo a integridade do produto durante todo o seu período de validade. O produto deverá possuir, no mínimo, prazo de validade vigente de seis meses, respeitada a forma de conservação descrita na embalagem e selo SIF. <b>(cota reservada de até 25% para ME e EPP).</b></p>	447747	Kg	2000	R\$ 29,03	R\$ 58.060,00
	<p>(45.1) <b>HAMBURGUER, TIPO FRANGO</b>, sabor temperado, estado de conservação congelado a -12°C (tolerância de +2°C), 100% de carne de frango, sem proteína de soja, porcionado entre 90g e 100g, deverá ser embalado individualmente com material atóxico, apropriado para contato direto com alimentos, adequado para as condições de armazenamento e que</p>					

81	<p>lhe confirmam uma proteção apropriada durante todo período de validade. Caixa de papelão resistente, adequada ao empilhamento recomendado, resistente a danos durante o transporte, impacto e às condições de estocagem, garantindo a integridade do produto durante todo o seu período de validade. O produto deverá possuir, no mínimo, prazo de validade vigente de seis meses, respeitada a forma de conservação descrita na embalagem e selo SIF. <b>(cota reservada de até 25% para ME e EPP).</b></p>	447748	Kg	2000	R\$ 22,64	R\$ 45.280,00
82	<p><b>(46.1) LINGUIÇA CALABRESA DEFUMADA.</b> Elaborada com carne suína (ou mista de suína/bovina), apresentando-se em gomos firmes, com gordura dentro dos limites regulamentares e embalada a vácuo. <b>Qualidade:</b> Produto defumado, de aspecto característico, firme, com odor e sabor próprios, sem umidade excessiva ou características colantes. <b>Composição:</b> Carnes suínas e/ou bovinas, temperos e especiarias. <b>Embalagem e Validade:</b> Embalada a vácuo em saco plástico atóxico, resistente, com validade mínima geralmente de 3 meses. <b>Inspeção:</b> Indispensável carimbo do SIF, SIE ou S I M . <b>Acondicionamento:</b></p>	615353	Kg	2000	R\$ 33,38	R\$ 66.760,00

	Embalagens de 1kg a 5kg, ou conforme solicitação, lacradas e com rotulagem contendo informações nutricionais, peso, lote e data de validade. <b>(cota reservada de até 25% para ME e EPP).</b>					
83	<p>(47.1) <b>LINGUIÇA CALABRESA CORTADA EM ISCAS</b>, defumada e resfriada de 1ª linha. <b>Ingredientes:</b> Carne suína (primeira qualidade), toucinho, sal, condimentos, especiarias (pimenta calabresa), estabilizantes e antioxidantes.</p> <p><b>Qualidade:</b> Deve ser firme, sem umidade excessiva, não pegajosa, isenta de sujidades, parasitas, larvas ou gordura excessiva.</p> <p><b>Processo:</b> Defumada (fumaça natural ou líquida). <b>Embalagem:</b> A vácuo, de 1kg a 5kg (saco de polietileno de alta densidade, atóxico).</p> <p><b>Validade:</b> Mínima de 3 a 4 meses da data de entrega. <b>Inspeção:</b> Obrigatório selo de inspeção federal (SIF), estadual (IMA/SIE) ou municipal (SIM).</p> <p><b>Temperatura:</b> Armazenada e transportada em temperatura de refrigeração adequada (geralmente abaixo de 10°C ou conforme rotulagem). Embalada a vácuo em embalagem impermeável e amplamente protegida. Dizeres de rotulagem com data de fabricação e prazo de validade de 6</p>	447702	Kg	2000	R\$ 39,35	R\$ 78.700,00

meses ou superior dados nutricionais e selo SIF. (cota reservada de até 25% para ME e EPP).					
TOTAL GERAL					R\$ 10.569.574,00

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, observado o limite máximo previsto na legislação. Os contratos ou instrumentos equivalentes decorrentes da Ata de Registro de Preços terão vigência própria, a ser definida no momento da contratação, observadas as disposições legais aplicáveis, especialmente o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021. A vigência da Ata de Registro de Preços não se confunde com a vigência das contratações dela decorrentes, podendo os contratos firmados durante sua validade ter sua execução estendida para além do prazo de vigência da ata.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.6. Não se aplica a Margem de Preferência ao presente processo de contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de garantir o fornecimento contínuo de gêneros alimentícios do tipo proteínas, destinados ao preparo de refeições para o efetivo atendido pelo Grupamento de Apoio de Belém (GAP-BE) e Unidades Apoiadas.
- 2.2. Trata-se de demanda de natureza contínua e essencial, cuja interrupção comprometeria diretamente a execução das atividades institucionais.
- 2.3. A definição dos quantitativos decorre de levantamento baseado no consumo histórico, considerando o efetivo atendido e a frequência de fornecimento, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar.
- 2.4. Ressalta-se que, em razão da natureza perecível dos produtos e da variabilidade de consumo, a contratação demanda planejamento adequado, com vistas à garantia de abastecimento regular e eficiente.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. Os quantitativos estimados foram definidos com base no consumo médio mensal apurado em exercícios anteriores, multiplicado pelo período estimado de contratação, acrescido de margem de segurança destinada a cobrir oscilações de demanda.
- 3.2. A metodologia adotada visa assegurar o abastecimento contínuo, evitando tanto a insuficiência quanto o excesso de estoque, especialmente em razão da perecibilidade dos produtos.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A Fornecedora dos Materiais, além de atender a todas as obrigações advindas deste Termo de Referência, deverá, ainda, em seu processo de produção ou aquisição, adotar, no que couber, as práticas de sustentabilidade ambiental dispostas na Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, em especial ao Art. 7º; e na Instrução Normativa nº 01/STLI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010, no que tange a: a) que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2; b) que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares; c) que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e d) que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

### Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação **NÃO** será admitida a indicação de marcas ou modelos.

### Da exigência de carta de solidariedade

4.3. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

### Subcontratação

4.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.6. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.6.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.6.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.6.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

### Margem de Preferência:

4.7. Não se aplica a Margem de Preferência ao presente processo de contratação.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias úteis, contados da solicitação da contratante (envio de nota de empenho), em remessas única ou parceladas, haja vista que se trata de gêneros perecíveis, nos seguintes endereços: **a) Seção de Subsistência do GAP-BE (Complexo I COMAR)** - situada à Av. Júlio César, s/º, Bairro Souza, Belém-PA, CEP: 66613-902; **b) Seção de Subsistência do GAP-BE (Complexo COMARA)**: situada à Av. Pedro Álvares Cabral, 7115, Bairro Marambaia, Belém-PA, CEP:66.613-150; **c) Seção de Subsistência do GAP-BE (Complexo BABE)**: situada à Rodovia Arthur Bernardes, s/nº, Bairro Val-de-Cães, Belém-PA, CEP: 66115-000; **d) Seção de Nutrição do Hospital de Aeronáutica de Belém**: situada à Av. Almirante Barroso 3492, Bairro Souza, Belém-PA, CEP: 66613-710; e **e) Seção de Apoio a Merenda na Escola Tenente Rego Barros**: situada à Av. Júlio Cesar, s/nº, Bairro Souza, Belém – PA, CEP: 66613-902.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24(vinte quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior ao contido na solicitação da contratante.

### Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **1%** (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10** (dez) dias.

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **1%** (um por cento) a **10%** (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 1% (um por cento) a **10%** (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **1%** (um por cento) a **10%** (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **1%** (um por cento) a **10%** (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **1%** (um por cento) a **10%** (dez por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15** (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária[A1] , no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

### **Liquidação**

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **Cessão de Crédito**

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.[A12]

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A13]

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.[A14]

## **Reajuste**

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado da contratação, que constitui a data-base para fins de reajuste.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado[A16], os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Exigências de habilitação**

9.2. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.3. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.4. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.6. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.8. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.10. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

9.20. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.21. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.22. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.23. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

9.24. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.25. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.28.1 A previsão constante do item 9.28 encontra fundamento no art. 69, §1º, da Lei nº 14.133/2021, sendo adotada em razão das especificidades do objeto da contratação;

9.28.2. Considerando tratar-se de aquisição de gêneros alimentícios perecíveis (proteínas), cuja qualidade, segurança sanitária e regularidade de fornecimento são essenciais ao atendimento da demanda administrativa, mostra-se necessário assegurar que os fornecedores possuam capacidade técnica e operacional compatível com as exigências contratuais;

9.28.3. Nesse contexto, a exigência prevista visa mitigar riscos relacionados à execução contratual, tais como fornecimento de produtos em desacordo com as especificações, falhas logísticas e descontinuidade no abastecimento, sem, contudo, restringir indevidamente a competitividade do certame; e

9.28.4. Assim, a medida adotada revela-se proporcional e adequada à natureza do objeto, contribuindo para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

## **Qualificação Técnica**

9.29. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade:

9.29.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.30. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.30.1. . Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.30.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.30.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## **Disposições gerais sobre habilitação**

9.31. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.32. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.33. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.34. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.35. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 10.569.574,00 (dez milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, quinhentos e setenta e quatro reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela do item 1 deste Termo de Referência.

10.2. A estimativa de preços foi realizada com base em pesquisa de mercado, considerando fontes oficiais e contratações similares, em observância às normas vigentes.

10.3. Destaca-se que os preços dos produtos objeto da contratação sofrem influência de fatores sazonais, logísticos e regionais, especialmente no mercado de proteínas, o que foi devidamente considerado na formação dos valores estimados.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A presente contratação está devidamente fundamentada no Estudo Técnico Preliminar, no qual foram analisadas as alternativas disponíveis, a estimativa de quantitativos e a solução mais adequada para atendimento da demanda administrativa.

12.2. As informações constantes no Documento de Formalização da Demanda foram detalhadas e aprofundadas no ETP e no presente Termo de Referência, assegurando a consistência e a completude da fase de planejamento da contratação.

12.3. As informações inicialmente constantes do Documento de Formalização da Demanda – DFD foram devidamente complementadas e detalhadas no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, suprimindo integralmente os requisitos previstos no art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 10.947/2022.

12.4. O presente Termo de Referência foi elaborado com base nos modelos padronizados disponibilizados pela Advocacia-Geral da União (AGU), tendo sido mantida a numeração original das cláusulas principais, conforme orientações institucionais.

12.5. Eventuais adaptações promovidas limitaram-se à exclusão de disposições inaplicáveis ao caso concreto e à inserção de subcláusulas específicas, sem alteração da estrutura principal do documento.

12.6. Ressalta-se que foi realizada revisão integral da numeração sequencial dos itens e subitens, de modo a assegurar a correspondência lógica interna do documento, bem como sua compatibilidade com o Estudo Técnico Preliminar (ETP) e com a minuta de Edital.

12.7. As disposições constantes neste Termo de Referência guardam harmonia, coerência e integração com os demais documentos que compõem a fase preparatória da contratação, não havendo contradições que possam comprometer a compreensão ou a execução do objeto.

12.8. Para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes da execução do futuro contrato, que não possam ser resolvidos administrativamente, fica eleito o foro da Seção Judiciária de Belém, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

12.9. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

#### **Instrumento Contratual a ser adotado**

12.10. Nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, o instrumento de contrato é a regra nas contratações públicas, sendo sua substituição admitida apenas nas hipóteses taxativamente previstas em lei.

12.11. No presente caso, considerando que a contratação envolve o fornecimento parcelado de gêneros alimentícios perecíveis (proteínas), com execução continuada ao longo do período contratual, bem como a existência de obrigações futuras relacionadas à entrega, controle de qualidade, substituição de produtos e logística de abastecimento, **não se enquadra nas hipóteses de substituição do instrumento contratual** previstas no referido dispositivo legal.

12.12. Dessa forma, **fica definida a adoção do instrumento contratual formal (termo de contrato)**, em razão da complexidade e da natureza continuada da contratação, visando assegurar maior segurança jurídica, clareza das obrigações e adequada gestão contratual.

#### **Justificativa quanto à não utilização de instrumentos substitutivos**

12.13. A hipótese prevista no inciso II do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, referente à contratação com entrega imediata e integral, não se aplica ao caso concreto, tendo em vista que o fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme demanda da Administração, ao longo da vigência contratual.

12.14. Ademais, a contratação envolve obrigações futuras relevantes, tais como:

- cumprimento de cronograma de entregas;
- manutenção das condições adequadas de transporte e conservação;
- substituição de produtos em desacordo com as especificações;
- observância contínua das exigências sanitárias e de qualidade.

12.15. Tais elementos caracterizam a necessidade de formalização por meio de contrato administrativo, afastando a possibilidade de utilização de instrumentos substitutivos, como nota de empenho ou autorização de compra.

12.16. Ressalta-se, ainda, que a definição do instrumento contratual foi realizada na fase de planejamento da contratação, em conformidade com as boas práticas de governança e com as orientações da Advocacia-Geral da União.

Belém, de de 2026.

**Drielly Giselly Brito Pereira** - 1º Ten QOCON Nut

**13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato**

*(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)*

**OU**

*(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133 /2021)*

**1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

**2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

**3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

### 3.1. São obrigações do Contratante:

- 3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
- 3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
- 3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
  - 3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias.
- 3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- 4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

## **5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## 6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A17]

## 7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em ....., Seção Judiciária de ..... para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

\_\_\_\_\_  
(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**DRIELLY GISELLY BRITO PEREIRA**

Adjunta a Chefia da SSUB do GAP-BE



Assinou eletronicamente em 05/05/2026 às 12:52:52.

**ANDERSON WILLIAM FONSECA BARBOSA**

Encarregado da secretaria da SSUB



Assinou eletronicamente em 05/05/2026 às 12:43:29.



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	TR120628_000018_2026
Data/Hora de Criação:	05/05/2026 15:56:57
Páginas do Documento:	56
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	57
Hash MD5:	65fd1eac33c8262cb4ae100cb210d28e
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten FELIPE MAYWORM GERVASONI no dia 05/05/2026 às 13:00:49 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap EDUARDA PALHETA DE FREITAS no dia 12/05/2026 às 15:21:48 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel Int LIDIA BORGES AMBRÓSIO no dia 13/05/2026 às 20:31:30 no horário oficial de Brasília.

## MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021



GRUPAMENTO DE APOIO DE BELÉM

Processo Administrativo nº 67215.002600/2026-13

Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX

O(A)[*órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços*], com sede no(a) [*endereço*], na cidade de [*cidade*]/[*UF*], inscrito(a) no CNPJ sob o nº [*CNPJ*], neste ato representado(a) pelo(a) [*cargo e nome*], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [*dia*] de [*mês*]de [*ano*], publicada no DOU de [*dia*] de [*mês*]de [*ano*], portador da Matrícula Funcional nº [*nº matrícula*], considerando o julgamento da *licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica* para REGISTRO DE PREÇOS nº 90021/2026, publicada no ..... de ...../202....., processo administrativo n.º 67215.002600/2026-13, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no *Edital de licitação* sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

### 1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto a Aquisição de kits de lanches, café da manhã e pernoite para a Seção de Subsistência do Grupamento de Apoio de Belém, especificado(s) no(s) item(ns) **XX** do Termo de Referência, do *edital de licitação* n.º 90021/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor [ <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> ]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata

### 3. ÓRGÃOS GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador será o GRUPAMENTO DE APOIO DE BELÉM.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

#### **4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

##### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

#### **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir o primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso. O quantitativo da Ata de Registro de Preços pode ser renovado, mediante a anuência do fornecedor, desde que seja comprovada a manutenção do preço vantajoso e seja respeitado o princípio da anualidade nas contratações públicas

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, *poderá* ser renovado o quantitativo originalmente registrado

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *edital* e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **11. CONDIÇÕES GERAIS**

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao *edital*

*11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em.... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)  
registrado(s)

## Anexo

### Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

**ANEXO III**

**MODELO DE PROPOSTA**

**AO GAP-BE**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ \_\_\_\_\_, apresenta a seguinte proposta relativa ao Pregão Eletrônico SRP nº 90021/GAP-BE/2026.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.			
<b>VALOR TOTAL</b>			

Prazo de validade da proposta: 120 (cento e vinte dias)

**DADOS BANCÁRIOS:**

Banco: \_\_\_\_\_

Agência: \_\_\_\_\_

Conta: \_\_\_\_\_

RESPONSÁVEL DESIGNADO PARA ASSINATURA DO CONTRATO			
Nome			
CPF:	_____._____._____ - ____		
RG/ Órgão Emissor			
Telefone/fax para contato com a empresa	(____) _____ - _____		
Endereço eletrônico	_____@_____		
ENDEREÇO PARA ENVIO DE CORRESPONDÊNCIA:			
Logradouro		nº	
Complemento			
Bairro		CEP	
Município		UF	

Belém, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Representante legal da empresa